

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS/MG

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS/MG
Ibiraiaras/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS/MG (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS/MG em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS/MG, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Ibraiaaras - Sicredi Ibraiaaras RS/MG
CNPJ/MF nº 89.990.501/0001-76

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	817.547	766.834	CIRCULANTE	404.307	341.710
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.723	3.861	DEPÓSITOS (NOTA 12)	187.161	145.667
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	10.467	-	Depósitos à Vista	122.305	94.991
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.467	-	Depósitos Interfinanceiros	8.496	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	369.590	48.206	Depósitos a Prazo	56.360	50.676
Carteira Própria	369.590	48.206	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	175.310	159.722
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	56.142	393.325	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	4
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	555	314	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	175.310	159.718
Correspondentes no país	154	127	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.263	2.341
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	55.433	392.884	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.263	2.341
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	353.031	305.821	OUTRAS OBRIGAÇÕES	39.573	33.980
Operações de Crédito	369.222	320.163	Cobrança e Arrecadação de Tributos	551	186
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.191)	(14.332)	Sociais e Estatutárias	11.611	10.671
OUTROS CRÉDITOS	20.281	15.395	Fiscais e Previdenciárias	2.659	2.264
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 07)	130	106	Diversas (NOTA 14)	24.752	20.859
Rendas a Receber	2.143	1.836			
Créditos Específicos	1.129	1.066			
Diversos (NOTA 07 e 08)	18.337	13.750			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(1.458)	(1.363)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	313	215			
Outros Valores e Bens	266	221			
(Provisão para desvalorização)	(49)	(49)			
Despesas Antecipadas	96	44			
NÃO CIRCULANTE	313.071	210.508	NÃO CIRCULANTE	508.281	451.574
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	313.071	210.508	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	508.281	451.574
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	44.724	21.070	DEPÓSITOS (NOTA 12)	463.977	440.702
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	44.724	21.070	Depósitos Interfinanceiros	-	8.018
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	235.258	156.252	Depósitos a Prazo	463.977	432.684
Operações de Crédito	248.863	167.765	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	44.304	10.872
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(13.605)	(11.513)	Repasse Interfinanceiros	44.304	10.872
OUTROS CRÉDITOS	110	140			
Diversos (NOTA 07 e 08)	112	143			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(2)	(3)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	16	34			
Despesas Antecipadas	16	34			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	21.921	21.806	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	218.030	184.058
Outros Investimentos	21.921	21.806	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	74.991	65.001
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	6.207	5.702	De Domiciliados no País	75.004	65.012
Imóveis de Uso	3.898	3.856	(Capital a Realizar)	(13)	(11)
Outras Imobilizações de Uso	9.478	8.363	RESERVAS DE SOBRAS	131.746	109.766
(Depreciação acumulada)	(7.169)	(6.517)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	11.293	9.291
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.835	5.504			
Outros Ativos Intangíveis	11.207	10.631			
(Amortização acumulada)	(6.372)	(5.127)			
TOTAL DO ATIVO	1.130.618	977.342	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.130.618	977.342

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS/MG
CNPJ/MF nº 89.990.501/0001-76

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	44.293	-	44.293	83.538	-	83.538	73.435	-	73.435
Operações de Crédito	39.782	-	39.782	76.390	-	76.390	70.081	-	70.081
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.506	-	4.506	7.120	-	7.120	3.325	-	3.325
Resultado das Aplicações Compulsórias	5	-	5	28	-	28	29	-	29
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(21.468)	(101)	(21.569)	(41.939)	(158)	(42.097)	(42.279)	(95)	(42.374)
Operações de Captação no Mercado	(13.200)	(101)	(13.301)	(27.213)	(158)	(27.371)	(26.385)	(95)	(26.480)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.572)	-	(4.572)	(8.578)	-	(8.578)	(7.891)	-	(7.891)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.696)	-	(3.696)	(6.148)	-	(6.148)	(8.003)	-	(8.003)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.825	(101)	22.724	41.599	(158)	41.441	31.156	(95)	31.061
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.440)	5.056	(384)	(6.148)	9.448	3.300	265	8.500	8.765
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.065	8.713	12.778	8.313	17.044	25.357	8.435	14.525	22.960
Rendas de Tarifas Bancárias	3.307	-	3.307	6.466	-	6.466	5.204	-	5.204
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.568)	(1.524)	(12.092)	(19.537)	(3.350)	(22.887)	(18.307)	(2.311)	(20.618)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(8.498)	(1.481)	(9.979)	(16.059)	(2.774)	(18.833)	(15.606)	(2.356)	(17.962)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(11)	(421)	(432)	(50)	(814)	(864)	(31)	(659)	(690)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	12.415	341	12.756	27.068	459	27.527	32.143	256	32.399
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(6.150)	(572)	(6.722)	(12.349)	(1.117)	(13.466)	(11.573)	(955)	(12.528)
RESULTADO OPERACIONAL	17.385	4.955	22.340	35.451	9.290	44.741	31.421	8.405	39.826
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	(1)	21	18	54	72	9	4	13
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	17.407	4.954	22.361	35.469	9.344	44.813	31.430	8.409	39.839
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(656)	(656)	-	(2.402)	(2.402)	-	(1.978)	(1.978)
Provisão para Imposto de Renda	-	(387)	(387)	-	(1.471)	(1.471)	-	(1.150)	(1.150)
Provisão para Contribuição Social	-	(269)	(269)	-	(931)	(931)	-	(828)	(828)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.282)	-	(2.282)	(4.304)	-	(4.304)	(3.988)	-	(3.988)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	15.125	4.298	19.423	31.165	6.942	38.107	27.442	6.431	33.873
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	6.942	(6.942)	-	6.431	(6.431)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	15.125	4.298	19.423	38.107	-	38.107	33.873	-	33.873
REVERSÃO DE OUTRAS RESERVAS	-	-	-	-	-	-	109	-	109
DESTINAÇÕES	-	-	-	(26.814)	-	(26.814)	(24.691)	-	(24.691)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.106)	-	(3.106)	(3.279)	-	(3.279)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.614)	-	(1.614)	(1.327)	-	(1.327)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(19.360)	-	(19.360)	(15.927)	-	(15.927)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.734)	-	(2.734)	(4.158)	-	(4.158)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	11.293	-	11.293	9.291	-	9.291

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS/MG

CNPJ/MF nº 89.990.501/0001-76

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	55.801	89.567	-	7.176	152.544
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.441	-	-	(6.932)	(1.491)
Destinações para reservas	-	-	215	(215)	-
Outras destinações	-	-	-	(29)	(29)
Reservas de exercícios anteriores	-	-	8	-	8
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.579	-	-	-	1.579
Baixas de capital	(1.075)	-	-	-	(1.075)
Reversões de reservas	-	-	(109)	109	-
Resultado do período	-	-	-	33.873	33.873
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.327)	(1.327)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.927	-	(15.927)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.255	-	-	(3.279)	(24)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.158	-	(4.158)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	65.001	109.652	114	9.291	184.058
Mutações do Período	9.200	20.085	114	2.115	31.514
Saldos no início do período em 01/01/2019	65.001	109.652	114	9.291	184.058
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.995	-	-	(8.486)	(1.491)
Outras destinações	-	-	-	(34)	(34)
Fundo Social	-	-	-	(771)	(771)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.540	-	-	-	1.540
Baixas de capital	(1.622)	-	-	-	(1.622)
Reversões de reservas - Fundo Social	-	-	(114)	-	(114)
Resultado do período	-	-	-	38.107	38.107
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.614)	(1.614)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.360	-	(19.360)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.077	-	-	(3.106)	(29)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.734	-	(2.734)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	74.991	131.746	-	11.293	218.030
Mutações do Período	9.990	22.094	(114)	2.002	33.972
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	71.954	109.652	-	18.684	200.290
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	950	-	-	-	950
Baixas de capital	(990)	-	-	-	(990)
Resultado do período	-	-	-	19.423	19.423
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.614)	(1.614)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.360	-	(19.360)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.077	-	-	(3.106)	(29)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.734	-	(2.734)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	74.991	131.746	-	11.293	218.030
Mutações do Período	3.037	22.094	-	(7.391)	17.740

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS/MG
CNPJ/MF nº 89.990.501/0001-76

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES DO RESULTADO	21.769	42.934	31.954
Resultado do semestre/exercício	19.423	38.107	33.873
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.346	4.827	(1.919)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	2.765	3.951	(2.678)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(14)	-	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	78	94	160
Depreciação do imobilizado de uso	559	1.059	821
Amortização do intangível	649	1.246	1.111
Baixas do ativo permanente	4	5	3
(Reversão) para passivos contingentes	(15)	(15)	(31)
Destinações ao FATES	(1.614)	(1.614)	(1.327)
Dividendos SicrediPar	(66)	101	22
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(333.244)	(371.742)	(3.440)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(19)	(34.121)	(21.070)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(319.889)	(321.384)	618
Redução em relações interfinanceiras ativas	3.494	-	1
(Aumento) em créditos vinculados	(242)	(241)	(241)
(Aumento) em relações com correspondentes	(33)	(27)	(15)
(Aumento) em operações de crédito	(146.424)	(130.157)	(76.710)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	101.579	49.019	26.636
(Aumento) em outros créditos	(2.713)	(5.051)	(1.987)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	116	(79)	(68)
Aumento em depósitos	23.769	64.769	71.404
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	1.609	(78)	1.029
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(6.584)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.102)	(1.899)	(2.750)
Aumento em outras obrigações	6.611	7.507	6.297
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(311.475)	(328.808)	28.514
Aquisição de Investimentos	(115)	(115)	(1.670)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(700)	(1.569)	(1.993)
Aplicações no Intangível	(180)	(576)	(2.267)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(995)	(2.260)	(5.930)
Integralização de capital	950	1.540	1.579
Baixa de capital	(990)	(1.622)	(1.075)
Juros ao capital próprio	(29)	(29)	(24)
Reversões de reservas - Fundo Social	-	(114)	-
Distribuição de Sobras	-	(2.296)	(1.520)
Reservas de exercícios anteriores	-	-	8
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(69)	(2.521)	(1.032)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(312.539)	(333.589)	21.552
Caixa e equivalente de caixa no início do período	375.695	396.745	375.193
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	63.156	63.156	396.745

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 28/11/1983 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 19 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	7.723	3.861
Caixa	7.723	3.861
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	55.433	392.884
Total	63.156	396.745

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.467	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	3.754	-
DI entre Banco e Cooperativas	6.713	-
Total circulante	10.467	-

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	44.724	21.070
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	40.204	-
DI entre Banco e Cooperativas	4.520	21.070
Total não circulante	44.724	21.070

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa	240.954	48.206
Cotas de Fundos Multimercado	128.636	-
Total circulante	369.590	48.206

Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	160.588	170.009	330.597	276.067
Financiamentos	23.735	47.018	70.753	40.218
Financiamentos rurais e agroindustriais	184.899	31.836	216.735	171.643
Carteira total	369.222	248.863	618.085	487.928

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	130	-	130	106
Devedores por compra de valores e bens	40	106	146	182
Títulos e créditos a receber (i)	16.692	6	16.698	12.563
Total	16.862	112	16.974	12.851

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	3	-	-
Nível A	0,50	189.419	135.050	947	675
Nível B	1,00	219.273	186.953	2.193	1.870
Nível C	3,00	164.258	120.713	4.928	3.621
Nível D	10,00	28.489	29.986	2.849	2.999
Nível E	30,00	15.884	10.251	4.765	3.075
Nível F	50,00	3.828	5.320	1.914	2.660
Nível G	70,00	4.593	4.195	3.215	2.937
Nível H	100,00	9.315	8.308	9.315	8.308
Total (i)		635.059	500.779	30.126	26.145

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 1.130 (2018 - R\$ 1.066).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.314	38.593	61.594	101.096	203.597	160.905
Rural	166	22.404	162.329	31.836	216.735	171.643
Industrial	211	10.408	13.715	29.336	53.670	39.152
Comércio	440	16.894	23.687	42.920	83.941	77.986
Outros Serviços	383	13.832	19.114	43.787	77.116	51.093
Total	3.514	102.131	280.439	248.975	635.059	500.779

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	47.834	7,53	40.009	7,99
50 devedores seguintes	83.430	13,14	69.106	13,80
100 devedores seguintes	85.856	13,52	65.313	13,04
Demais	417.939	65,81	326.351	65,17
Total	635.059	100	500.779	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial		29.729
Constituição de provisão	27.211	8.003
Movimentação de baixados para prejuízo	6.148	(10.521)
Saldo final	(2.103)	27.211
	31.256	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.423 (2018 - R\$ 5.879), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 24.832 (2018 - R\$ 24.541).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	48	46
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	856	494
Devedores por compra de valores e bens	40	41
Devedores por depósitos em garantia	316	108
Impostos e contribuições a compensar	33	34
Títulos e créditos a receber (ii)	16.692	12.561
Cotas de consórcio	25	14
Devedores por convênios	23	28
Operações com cartões	228	304
Pendências a regularizar	4	41
Outros	72	79
Total Circulante	18.337	13.750
Devedores por compra de valores e bens	106	141
Títulos e créditos a receber (ii)	6	2
Total não circulante	112	143

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	266	221
Imóveis	217	-
Veículos e afins	49	172
Bens em regime especial	-	49
Despesas antecipadas	96	44
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(49)	(49)
Total Circulante	313	216
Despesas antecipadas	16	34
Total não circulante	16	34

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 49 (2018 - R\$ 49) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	11.497	11.467
Sicredi Participações S.A.	10.410	10.325
Outras Participações e Investimentos	14	14
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	13	13
Total	21.921	21.806

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	3.403.420 ON	3.348.132 ON	1	1	11.496.530	11.466.706
	7.091.651 PN	6.977.176 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,00%	1,17%	0,62%	0,62%	2,95%	2,99%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	10.410	10.325	1	1	11.497	11.467

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	13.376	(7.169)	6.207	5.702
Imobilizações em curso	-	54	-	54	212
Terrenos	-	613	-	613	613
Edificações	4%	3.285	(1.721)	1.564	1.682
Instalações	10%	189	(94)	95	107
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.384	(1.928)	1.456	1.129
Sistema de comunicação	10%	97	(54)	43	26
Sistema de processamento de dados	20%	4.965	(2.903)	2.062	1.584
Sistema de segurança	10%	342	(224)	118	125
Sistema de transporte	20%	447	(245)	202	224
Intangível (i)		11.207	(6.372)	4.835	5.504
Investimentos Confederação		11.207	(6.372)	4.835	5.504
Total		24.583	(13.541)	11.042	11.206

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	122.305	-	-	122.305	94.991
Depósitos Interfinanceiros	-	8.496	-	8.496	8.018
Depósitos a prazo	21.673	34.687	463.977	520.337	483.360
Total	143.978	43.183	463.977	651.138	586.369

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	175.310	159.718
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	175.310	159.718
Total circulante	175.310	159.718
Recursos do Crédito Rural	44.304	10.872
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	44.304	10.872
Total não circulante	44.304	10.872

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 20/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Obrigações por convênios oficiais	6	5
Provisão para pagamentos a efetuar	2.372	2.252
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	565	580
Outras Contingências	10	9
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.947	3.996
Pendências a regularizar	52	56
Operações com cartões	16.338	12.551
Demais fornecedores	537	626
Credores diversos	925	784
Total circulante	24.752	20.859

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	297	-	-	297
Cível	283	-	(15)	268
Total	580	-	(15)	565

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	297	297
Cível	Provável	268	283
Total		565	580

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 132; R\$ 156 (2018 - R\$ 56 e R\$ 156), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	74.991	65.001
Total de associados	54.849	52.811

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$9.990 (2018 – R\$ 9.200), sendo R\$10.072 (2018 – R\$8.696) via integralização de resultados e R\$ 1.540 (2018 – R\$ 1.579), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.622 (2018 – R\$ 1.075).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.106, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 46 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	40.509	35.851
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(16.203)	(15.057)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	78	51
Provisão resgate de milhas cartão	26	(34)
Brindes e Doações	(41)	(37)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(21)	102
Receita com atos cooperativos	12.466	11.526
Juros sobre capital próprio	1.242	1.377
Lucros e dividendos	26	70
Outros	25	23
Subtotal	13.801	13.079
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(2.402)	(1.978)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	5
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	55.191	21.070
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	369.590	48.206
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	55.433	392.884
Outros Créditos - Rendas a receber	1.549	1.511
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	724	509
Investimentos (Nota 10)	21.908	21.793
Intangível (Nota 11)	4.835	5.504
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	8.496	8.018
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	219.614	170.590
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	16.368	12.248
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	5.192	3.325
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	12.385	10.266
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	21.117	25.464
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	46	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	478	-
Operações de Empréstimos e Repasses	8.578	7.891
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.990	1.850
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	6.576	6.422

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	301	0,25%	326
Depósitos a prazo	2.755	0,53%	3.325
Operações de crédito	2.146	0,35%	1.061

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.266	2.189

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	441	358
Despesa de aluguéis	1.181	1.040
Despesa de comunicação	1.180	1.075
Despesa de manutenção e conservação	1.515	1.336
Despesa de material	313	428
Despesa processamento dados	475	369
Despesa de promoções e relações públicas	1.920	1.769
Despesa de propaganda e publicidade	236	165
Despesa de seguro	225	139
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.210	2.034
Despesa de serviços de terceiros	575	631
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.194	1.056
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.498	1.587
Despesa de serviços de transportes	609	565
Despesa de viagem	119	32
Despesa de depreciação e amortização	1.059	820
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.246	1.111
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.899	2.749
Outras despesas administrativas	938	698
Total	18.833	17.962

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	717	1.535
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	20.572	24.775
Reversão de provisões operacionais	4.057	3.066
Outras rendas operacionais	2.181	3.022
Total	27.527	32.398

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	837	661
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	463	267
Contribuição Confederação Sicredi	5.729	5.378
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	601	666
Encargos da administração financeira	119	164
Repasse administradora de Cartões	206	265
Despesas de Cartões - Processamento, Emissão, Postagem	940	710
Outras provisões operacionais	3.727	3.439
Outras despesas operacionais	713	860
Total	13.466	12.528

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	168.960	163.723
Coobrigações em cessões de crédito	41	49
Total	169.001	163.772

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	213.196	178.553
Nível I (NI)	213.196	178.553
Capital principal - CP	213.196	178.553
Capital social	74.991	65.001
Reservas de capital	131.746	109.766
Lucros acumulados	11.293	9.291
Ajustes Prudenciais	(4.835)	(5.505)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	800.413	737.014
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	77	328
Margem de Capital (i)	129.076	100.839
Índice de Basileia (PR / RWA)	26,64%	24,23%
Situação de Imobilização (Imob)	6.221	5.715
Índice de Imobilização (Imob / PR)	2,92%	3,20%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Hilario Dalcim
Diretor Executivo
CPF: 204.172.410-20

Pedro Aiolfi
Diretor de Operações
CPF: 434.591.100-15

Margarete Boccalon
Contadora
CRC: RS-059872/O-1
CPF: 595.368.290-53